

SENTENÇA TRABALHISTA

Processo nº: _____

Reclamante: _____

Reclamada: _____

Vistos etc.

I – RELATÓRIO

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada por _____ em face de _____, na qual o Reclamante pleiteia o reconhecimento de direitos decorrentes da relação de trabalho mantida entre as partes.

O Reclamante alega, em síntese, que

_____.

A Reclamada, por sua vez, apresentou contestação sustentando que

_____.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Analisando detidamente a matéria de fato e de direito, verifico que

_____.

Os documentos juntados aos autos e as provas produzidas demonstram que

_____.

1. Da relação de emprego

Ficou comprovado nos autos que houve vínculo empregatício entre as partes, nos termos do artigo 3º da CLT, considerando-se presentes os requisitos de pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação.

2. Do salário e remuneração

Restou incontroverso que o Reclamante percebia salário mensal no valor de R\$ _____.

Eventuais parcelas remuneratórias não pagas deverão ser quitadas conforme os cálculos apresentados.

3. Das horas extras

O Reclamante afirma que laborava além da jornada legal de trabalho, sem o devido pagamento das horas extras.

Com base nas provas, reconheço o direito ao pagamento das horas extras com adicional de 50%, conforme artigo 7º, inciso XVI, da Constituição Federal e artigo 59 da CLT.

4. Do aviso prévio e da rescisão contratual

O aviso prévio indenizado é devido conforme previsão legal, caso não tenha sido cumprido pelo empregador.

Verifico que a rescisão contratual ocorreu em conformidade com o artigo 477 da CLT, com ressalvas quanto ao pagamento das verbas rescisórias.

5. Do FGTS e multa de 40%

O recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi irregular, devendo ser pago o valor devido com a multa de 40%, conforme artigo 18, §1º, da Lei nº 8.036/1990.

6. Da indenização por danos morais

Inexistem nos autos elementos que comprovem a ocorrência de danos morais passíveis de indenização, nos termos do artigo 186 e 927 do Código Civil.

7. Da justiça gratuita e honorários advocatícios

Considerando a situação financeira do Reclamante, concedo os benefícios da justiça gratuita. Os honorários advocatícios serão fixados na forma do artigo 791-A da CLT.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE a reclamação trabalhista para:

- a) Condenar a Reclamada ao pagamento das horas extras laboradas, acrescidas do adicional legal de 50%,
conforme apuração em liquidação de sentença;
- b) Condenar a Reclamada ao pagamento do aviso prévio indenizado, se não cumprido;
- c) Condenar a Reclamada ao pagamento do FGTS não depositado, acrescido da multa de 40%;
- d) Condenar a Reclamada ao pagamento das verbas rescisórias devidas;
- e) Conceder os benefícios da justiça gratuita ao Reclamante;
- f) Condenar a Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, fixados em 5% sobre o valor da condenação;

Custas na forma da lei.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

_____, _____ de _____ de _____

Local e data

Juiz(a) do Trabalho

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/sentenca-trabalhista/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.